

BOLETIM CORONAVÍRUS • 24/04

Atualizações diárias da situação nacional sobre o novo coronavírus (Sars-Cov-2)

Hoje (24), o foco foi o pedido de demissão de Sérgio Moro, até então à frente do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O ex-Ministro e ex-juiz foi um grande apoiador de Bolsonaro durante a campanha e tem papel protagonista na bandeira anticorrupção do Governo. Sua saída pode ter impactos na governabilidade do Presidente, já abalada por posicionamentos polêmicos frente à crise da COVID-19. O aceno ao chamado Centrão e a exoneração de Maurício Valeixo do comando da Polícia Federal, somados à demissão de Moro, podem deixar o Presidente ainda mais isolado politicamente.

Em resposta à demissão de Moro, que anunciou sua saída em coletiva na qual criticou o Presidente, Jair Bolsonaro também realizou um pronunciamento. O Presidente da República negou as acusações do ex-Ministro, que afirmou que Bolsonaro tem interesse político na troca do comando da PF, para ter acesso às investigações em andamento.

Em sua primeira semana como Ministro da Saúde, Nelson Teich adotou um perfil mais discreto, evitando entrar em detalhes sobre questões polêmicas. Durante a semana, porém, anunciou que o Ministério está preparando um plano de redução gradual do isolamento social, que deverá ser apresentado na próxima semana.

No âmbito do Poder Legislativo, apenas o Plenário do Senado Federal realizou sessão deliberativa remota ao longo da semana. A Casa aprovou o Projeto de Lei (PL) 1282/2020, do Senador Jorginho Mello (PL/SC), que institui o Programa Nacional de Apoio as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) para o desenvolvimento e fortalecimento dos pequenos negócios. A matéria vai à sanção presidencial.

No cenário internacional, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou a iniciativa colaborativa *ACT Accelerator*, a fim de acelerar o desenvolvimento e produção de medicamentos, vacinas e testes seguros e eficazes contra a COVID-19.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CASOS Até o momento, o Ministério da Saúde registrou **52.995 casos confirmados** de COVID-19 no Brasil. Há **3.670 óbitos** registrados, o que representa uma taxa de letalidade de 6,9%.

CONSULTÓRIO VIRTUAL O Ministério informou que, a partir do mês que vem, pacientes do SUS poderão ter consultas virtuais nos postos de saúde da Atenção Primária. A plataforma do Consultório Virtual é uma parceria entre o Ministério e o Hospital Albert Einstein.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

EXPORTAÇÕES O Presidente Jair Bolsonaro sancionou Lei ([link](#)) proibindo a exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil.

GT Foi publicada Portaria ([link](#)) designando membros para comporem o Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estratégicas para Construção de Hospitais de Campanha Federais e Logística Internacional de Equipamentos Médicos e Insumos de Saúde, no âmbito do Comitê de Crise da COVID-19.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

BENEFÍCIO O Ministério publicou Portaria ([link](#)) estabelecendo critérios e procedimentos relativos ao recebimento de informações, concessão e pagamento do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CALAMIDADE O MDR publicou Portarias reconhecendo o Estado de Calamidade Pública nos estados do Rio Grande do Norte ([link](#)), Rio de Janeiro ([link](#)), Acre ([link](#)) e Santa Catarina ([link](#)) em decorrência da COVID-19.

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

JUDICIALIZAÇÃO O MInfra e o Procurador-Geral da República, Augusto Aras, assinaram um acordo de cooperação para garantir a logística e o abastecimento no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus. O trabalho conjunto visa evitar interrupções, por meio de medidas judiciais, que afetem o transporte de carga nos estados.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

SISTEMA PRISIONAL O MJSP publicou Resolução ([link](#)) com as Diretrizes Básicas para o Sistema Prisional Nacional no período de enfrentamento da pandemia.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA

SUAS O MCid publicou Portaria ([link](#)) estabelecendo recomendações aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) quanto ao atendimento nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no contexto de emergência em saúde pública.